

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO ( PÔSTER )

NOME: KELLY DE SOUZA BARBOSA

TÍTULO: ANÁLISE DAS DIFICULDADES ENFRENTADAS POR MORADORES E AGENTES PÚBLICOS NA EFETIVAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE PASSOS/MG

AUTORES: ANA PAULA DE FATIMA COELHO, KELLY DE SOUZA BARBOSA, KELLY DE SOUZA BARBOSA, ANA PAULA DE FÁTIMA COELHO

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): PAPq

PALAVRA CHAVE: SEGURANÇA PÚBLICA, MUNICÍPIO DE PASSOS/MG, ZONA RURAL

**RESUMO**

A segurança pública é um serviço público propriamente dito e imprescindível para a manutenção da ordem social e incolumidade das pessoas e do patrimônio, sendo de responsabilidade de todo cidadão e prestação direta pelo Estado, na figura do organismo policial. O Estado ao absorver o encargo da prestação dos serviços públicos essenciais à manutenção da comunidade, não tem apenas a mera faculdade de realizá-lo, mas o dever. Logo, a ineficiência ou mesmo a omissão é peremptoriamente vedada pela lei, podendo ser responsabilizado na seara cível. No entanto, atualmente, a prestação eficiente da segurança pública está abalada, sendo objeto de questionamentos frente o avanço da criminalidade. Em especial, os moradores/proprietários da zona rural do município de Passos/MG, que até então pouco conviviam com o fenômeno criminal, tornaram-se alvo em potencial dos delinquentes. Dentre os vários fatores que contribuíram para a migração criminal na zona rural do município de Passos/MG, está a grande extensão territorial rural passense, a falta de estrutura da força policial e as peculiaridades próprias da vida campestre. Destarte, o Estado não deve ser alheio com a realidade em epígrafe, devendo investir em programas de políticas públicas voltados, especificadamente, ao caráter preventivo do crime assim como estimular uma parceria com a comunidade para a efetivação da segurança pública local. No município de Passos/MG, essa parceria está sendo obtida com a implantação do "Projeto Rede de Vizinhos Rurais Protegidos" da Polícia Militar de Minas Gerais, no qual o cidadão opera como vigilante ativo de sua vizinhança e auxilia a polícia com informações sobre possíveis investidas ilícitas, resultando numa aproximação do grupo social com a força policial, tornando possível a atuação mais célere e eficiente do referido organismo público.